

Irmãs Siamesas

A economia marcha melhor do que a encomenda, desautorizando as previsões catastróficas dos próprios economistas. Mas um grande problema continua ameaçando a estabilidade conquistada com grande sacrifício pelos brasileiros: a renegociação das dívidas externa e interna, que se cruzam nas contas do setor público.

A dívida interna, cuja rolagem era feita diariamente no *overnight* até 13 de março de 1990, está hibernando no congelamento da poupança financeira. Apesar das liberações dos cruzados novos, metade do dinheiro inicial continua retido nos cofres do Banco Central, financiando cativamente o déficit público.

Quando os cruzados começarem a ser liberados em 12 parcelas a partir de 15 de setembro, o governo precisará novamente acionar a dívida interna para financiar o desequilíbrio entre gastos e receita. Mesmo que o déficit não volte a se manifestar, será preciso captar mensalmente no mercado, 8,3% do total (US\$ 28 bilhões) que está congelado no Banco Central.

Esses números dão uma dimensão do que vem pela frente na área da dívida mobiliária interna. Liberar US\$ 2,35 bilhões por mês exigirá a contrapartida de igual financiamento, se os demais componentes do déficit público não estiverem solucionados. A dívida das estatais e órgãos do governo com bancos, fornecedores e empreiteiros é superior a US\$ 10,5 bilhões. Os estados e municípios, por sua vez, também devem dezenas de bilhões de dólares ao Tesouro Nacional.

A crise das finanças públicas (federal, estaduais e municipais) gerou uma verdadeira concordata interna na esteira da moratória da dívida externa, hoje em 90% sob responsabilidade do Tesouro Nacional. As duas dívidas viraram irmãs siamesas. Não haverá solução duradoura para uma sem estar articulada com o equacionamento da outra.

Muitos políticos e empresários, no entanto, continuam acreditando que o país poderá retomar o desenvolvimento (ou seja, abrir as torneiras do crédi-

to oficial para estados e municípios) sem encontrar uma solução duradoura para as duas dívidas. É bom recordar que a dívida mobiliária interna começou a crescer no Brasil no início dos anos 70, quando o Banco Central vendia títulos do Tesouro para enxugar o excesso de liquidez representado pela conversão da enxurrada de empréstimos externos que então invadia o país.

Em 1974, o setor privado respondia por 70% da dívida externa; quatro anos depois, a conta tinha se invertido e o setor público já respondia por 70% da dívida do país. Com o correr do tempo, e os efeitos da crise do petróleo, as duas dívidas foram acionadas para cobrir o excesso de gastos do setor público. A alta dos juros internacionais do final dos anos 70 comprometeu irremediavelmente o déficit público da década seguinte, quando o Brasil quebrou, depois da moratória do México em agosto de 1982. Desde então, em vez de entrar, os dólares saem do país, provocando quase 10 anos de recessão.

Não há ilusões a lamentar. A solução do contencioso da dívida externa, no qual se destaca o atraso dos juros devidos desde 1989 aos bancos privados e ao Clube de Paris, apenas servirá para regularizar essas contas daqui para a frente. Dinheiro novo (com o qual os políticos sonham fazer obras eleitoreiras ou rolar dívidas), será muito difícil vir para o Brasil. Até mesmo pela concorrência externa.

Anos e anos de falta de cumprimento dos compromissos firmados pelos governos brasileiros descreditaram o país junto à comunidade financeira internacional. Não basta a mudança de nomes no comando econômico para recuperar a credibilidade. O Brasil terá de se mostrar confiável no decorrer do ajuste da economia.

Só assim haverá interesse pela conversão de parte da dívida em investimento de risco, sobretudo na privatização de estatais. Só a realização desta etapa pode desatar os nós das duas dívidas, mediante o cancelamento proporcional de dívidas em cruzados (ou cruzados novos) das estatais e do Tesouro Nacional nos processos de conversão.